

# EDITORIAL

## EDUCAÇÃO: IMAGENS DA ÉTICA NA POLÍTICA, MIGRAÇÃO E AS IMAGENS DOS REFUGIADOS E A DESTRUÇÃO DO MEIO AMBIENTE

EDUCATION: IMAGES OF ETHICS IN POLITICS, MIGRATION AND THE IMAGES OF REFUGEES AND THE DESTRUCTION OF THE ENVIRONMENT

EDUCACIÓN: IMÁGENES DE LA ÉTICA EN LA POLÍTICA, LA MIGRACIÓN Y LAS IMÁGENES DE LOS REFUGIADOS Y LA DESTRUCCIÓN DEL MEDIO AMBIENTE



**Maurício Roberto da Silva**  
mauransilva@gmail.com

**Ivo Dickmann**  
educador.ivo@unochapeco.edu.br

**Maria de Lourdes Bernartt**  
marialbernartt@gmail.com

**Edivaldo José Bortoleto**  
ejbortol@unochapeco.edu.br

### REVISTA PEDAGÓGICA

Revista do Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó | ISSN 1984-1566

Universidade Comunitária da Região de Chapecó | Chapecó-SC, Brasil

Como referenciar este artigo: SILVA, M. R.; DICKMANN, I.; BERNARTT, M. L.; BORTOLETO, E. J.

Educação: imagens da ética na política, migração e as imagens dos refugiados e a destruição do meio ambiente. Revista Pedagógica, Chapecó, v. 17, n. 35, p. 07-20, maio/ago. 2015.

### Nada é impossível de mudar

*Desconfiai do mais trivial,  
na aparência singela  
E examinai, sobretudo,  
o que parece habitual  
Suplicamos expressamente:  
não aceiteis o que é de  
hábito como coisa  
natural, pois em tempo de  
desordem sangrenta, de confusão  
organizada, de arbitrariedade  
consciente, de humanidade  
desumanizada, nada  
deve parecer natural,  
nada deve parecer  
impossível de mudar.*

Berthold Brecht

Todas as vezes que começamos um novo editorial da Revista Pedagógica temos como hábito provocar reflexões sobre problemáticas que, de forma direta e indireta,

afetam a educação nos seus âmbitos formal (escola), não formal (movimentos sociais e sindicais) e informal (grupos espontâneos). Essas problemáticas são de caráter universal e particular, macro e microsocial, econômica e política. Estamos nos referindo aos problemas causados pela crise do capitalismo na sua versão neoliberal em escala planetária, que se evidencia em termos transnacionais e nacionais, promovendo, com sua lógica, ideologia e práticas, diversas formas de destruição da vida, do direito ao trabalho, da cultura, do meio ambiente e de diversas instâncias do cotidiano.

Neste editorial, priorizamos as questões que inquietam todos os educadores; pois relacionam-se com um conceito de educação que abarca os problemas nacionais, tais como: a crise na política, em especial, a ética conservadora do Congresso Nacional. Chamamos a atenção, ainda, para a saga dos migrantes e refugiados no mundo e no Brasil. Nossas preocupações com as imagens a que assistimos cotidianamente na mídia, se



funda na perspectiva de uma educação crítica, emancipatória e superadora da lógica do capital. Por esses motivos, temos como desafio ontológico, epistemológico, político e pedagógico, refletir a partir da poesia de Brecht, mencionada em um trecho da epígrafe citada, que nos adverte: “*Desconfiai do mais trivial, na aparência singela. E examinai, sobretudo, o que parece habitual*”.

### **Sobre a ética e poética na política e a crise contemporânea no Brasil**

27 anos depois da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Brasil vive um contexto eminentemente interessante e, ao mesmo tempo, difícil. Analogamente a outros países da América Latina Caribenha – e aqui para exemplificar alguns como a Argentina, a Venezuela, e Cuba –, o Brasil encontra-se em um *estado de explosão*, principalmente, política, econômica, jurídica e, fundamentalmente, ética e ecológica. 27 anos atrás, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Muro de Berlin (Berliner Mauer) ruía em 9 de novembro de 1989. E, de 1989 até 1991, uma conjugação de eventos levou à dissolução e ao desmanche da URSS. Saíamos da experiência mais difícil e cruel de um momento da nossa história republicana – a experiência do regime militar em sua forma cruenta e ditatorial; mas, também, não podemos deixar cair no esquecimento que a experiência republicana, em sua ruptura com a monarquia, nasceu sob o signo do sangue e da violência. Basta, para isso, lembrarmos de *Canudos* no Nordeste e do *Contestado* no Sul do Brasil.

Há 27 anos, na Assembleia Constituinte, ouvíamos Florestan Fernandes assim dizendo, em Brasília:

Cultivamos no Brasil a ideia de que temos alguns problemas graves. Falamos na reforma agrária, na reforma urbana, no problema da moradia, no problema da saúde, no problema do menor, nos dilemas raciais e em vários outros assuntos. A educação, quase sempre, é escamoteada, e eu teria a coragem de dizer aqui que ela é o problema mais grave do Brasil. É o problema número um do Brasil. Não há dúvida de que passar fome, não ter emprego, não ter moradia são realidades terríveis. Mas, quando se vive numa sociedade democrática, desde que ela não seja o modelo que o Sr. Constituinte Víctor Faccioni defendeu aqui, da democracia da ignorância, é importante que a educação esteja ao alcance da maioria, daqueles que são os oprimidos, que são os excluídos, os explorados. A educação, no Brasil, é um problema social de inacreditável gravidade<sup>1</sup>.

1 FERNANDES, Florestan. **O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989, p. 124.

A voz profética de Florestan Fernandes ainda continua ecoando, principalmente nestes tempos difíceis de

uma congruência de crise na política, na economia, na justiça, ética e ecológica: problema da moradia, problema da saúde, problema das crianças e de jovens e adolescentes empobrecidos (por exemplo, a diminuição da maioridade penal), problema racial, problema da violência, problema do trabalho, problema da destruição e agressão ao meio ambiente e humano, problema da educação etc., mas, fundamentalmente, o problema de uma *democracia da ignorância* de uma estrutura de poder e de organização do Estado separada da sociedade civil.

Nessa separação do Estado e da sociedade civil, a *democracia da ignorância* é apresentada nas imagens semióticas da corrupção, do cinismo, da falta de vergonha, da insensibilidade proposta agora pela prática fisiológica dos partidos no exercício do poder, portanto, uma prática longe e distante, de uma autêntica experiência e vivência da democracia enquanto marcada e constituída pelo signo do *bem comum*, visto que, de fato, a experiência da diversidade e mestiçagem culturais brasileiras pode influenciar em uma forma outra de poder. Se se afirma que as instituições estão consolidadas no Brasil no Estado de Direito, é menos verdade que isso se reflita na experiência cotidiana das pessoas e no número crescente da miserabilidade. Aqui, podemos estabelecer certa homologia entre os distintos e diferentes países da América Latina Caribenha. Portanto, há uma *democracia da ignorância* sendo articulada neste vasto continente e que precisa ser desmontada.

Se aprendemos com Charles Sanders Peirce e Gastón Bachelard sobre a necessidade da *vigilância epistemológica*, faz-se imperioso hoje ensaiarmos uma *vigilância ética* e *poética*, ambas também apontadas por Peirce em sua *Ciência Normativa* e por Bachelard em sua *Poética*. Assim, a vigilância ética que está sempre a colocar em questão o *bem* e a vigilância poética que está sempre a colocar a *beleza* não podem ser dissociadas da superação da *democracia da ignorância*, enquanto um ir além do estado de fraude e lama que se tornou o mundo do poder, principalmente. A ética e a poética são do campo da Filosofia. Sobre elas, Platão e Aristóteles, Agostinho e Aquino, Kant e Hegel, Habermas e Dussel têm muito a nos ensinar.

Entretanto, em sua *Ética*, Espinosa – filósofo do século XVII, que viveu em quartos de aluguel, com um soldo vindo de seu trabalho de cortador e polidor de vidros óticos – se assumiu na pobreza sem as benesses e os favores de outrem, portanto, em uma forma de vida simples e frugal, está ainda a nos ensinar. Ele nos ensina que, para além ou aquém da *democracia da ignorância*, que “[...] a liberdade de filosofar pode ser concedida [...] sem prejuízo da paz da república, mas não se pode tirá-la [...] senão junto com a paz da república”<sup>2</sup>. Em sua *Ética*, na Proposição LXX, assim menciona Espinosa: “O homem livre, que vive entre os ignorantes, procura quanto lhe é possível, evitar os seus favores”<sup>3</sup>.

2 BARTUSCHAT, Wolfgang. **Introdução a Espinosa**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 120.

3 SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. São Paulo: Abril Cultural, 198, p. 265.

A experiência e a vivência da democracia supõem a liberdade de pensar e a necessidade de uma vigilância ética e poética, pois elas não se constituem sem a dimensão do bem e a dimensão da beleza. Dessa maneira, no coração dessa crise, na qual se confluem, de forma congruente, a política, a economia, o direito, a ética e a ecologia, e se impõem nos espaços da sociedade civil organizada, nos movimentos sociais, nas instituições, de maneira especial, as escolas e as universidades, o imperativo da vigilância ética e poética para a salvaguarda das conquistas desde 1988 desenhadas na Constituição da República Federativa do Brasil e explicitadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 –, e no Plano Nacional de Educação (2014-2024) – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, bem como entre tantas outras conquistas.

Para além ou aquém da *democracia da ignorância*, e escapar da maldita lógica dos favores e da corrupção, principalmente a instalada em Brasília, capital da geopolítica, compreende-se que a inteligência, a razão, a vontade, o desejo e a simpatia são fundamentais no processo do conhecimento. Sem dúvida, não se faz educação sem essas faculdades e afecções; portanto, pelo “outro”, pelas coisas do mundo, pelos problemas do mundo. Portanto, no contexto da realidade brasileira, bem como latino-americano-caribenhos e no contexto das vítimas do sistema globalmente falando, queremos afirmar o sentido de uma educação necessária à construção de uma autêntica experiência democrática, por meio da qual os valores da vida, tanto humana quanto da natureza, não sejam maltratados com maus feitos. Com a voz profética calcada no real social, queremos reafirmar, portanto, que “[...] a questão, hoje, consiste em colocar os trabalhadores, os excluídos e os oprimidos – os incultos ou semicultos – nas malhas da rede escolar”<sup>4</sup>. Expondo de outra maneira: se a política, a economia, o direito são fundamentais à autêntica experiência democrática e republicana (considerando que está em jogo o bem público e não privado), a ética e a poética tornam-se mais que necessárias.

\*\*\*

A crise ética e poética na política ameaça os avanços já conquistados em termos de democracia; assim, o golpismo se volta contra as forças democráticas, populares e sindicais, constituindo-se em um ataque aos parques direitos já adquiridos pelos trabalhadores. A crise ético-política se instaurou, sobretudo, a partir do horizonte sombrio do conservadorismo do atual Congresso Nacional, mancomunado pelo capital e pela mídia burguesa, que, insistentemente, comete traições à democracia. Trata-se de um momento emblemático na vida política e social do país, depois de 12 anos de avanços significativos nas políticas públicas de cunho social, especialmente na Câmara dos Deputados, cuja liderança antiética e autoritária, é conduzida pelo seu presidente – o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ).

4 FERNANDES, Florestan. **O Desafio Educacional**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989, p. 9.

5 Editorial da Revista Motrivivência: “O Congresso Nacional, a mídia e as questões de gênero no limiar da ‘Primavera das Mulheres’” – CDS/LABOMÍDIA/UFSC, dezembro/2015.

6 Editorial da Revista Motrivivência: “O Congresso Nacional, a mídia e as questões de gênero no limiar da ‘Primavera das Mulheres’” – CDS/LABOMÍDIA/UFSC, dezembro/2015.

7 Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Os-reais-motivos-do-inconformismo-da-elite-reacionaria/4/33108>>.

De acordo com analistas políticos, esse Parlamento é o mais conservador desde 1964, principalmente pelo “avanço” da “vanguarda do atraso” composta, fundamentalmente, pela chamada bancada BBB: *bíblia* (pastores fundamentalistas), *boi* (agronegócio) e *bala* (ligada diretamente à polícia e às empresas de segurança, ao aparato repressivo e contra o estatuto do desarmamento). O levantamento realizado pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) afirma que, entre os 503 deputados, essa “bancada do conservadorismo” é composta por 251 deputados eleitos. A bancada ruralista é composta por 153 deputados; a bancada evangélica, por 75, e a bancada da repressão, por 23<sup>5</sup>.

São tempos difíceis pelos quais passa a nação brasileira. Tempos que nos remetem a outros tempos de ditadura e conservadorismo na história da política brasileira. Tempos em que os maus políticos e a mídia golpista se juntam para destruir anos de conquistas democráticas; eles disseminam, com suas ideologias, a “onda de conservadorismo”, que se converte, dia após dia, em “ódio de classe” (ódio aos pobres), de raça/etnia (críticas racistas às cotas de negros nas universidades), aliado a questões de gênero, como a homofobia e o Projeto 5.069/13 que, caso seja aprovado pela Câmara dos Deputados, poderá dificultar o acesso das mulheres vítimas de estupro aos procedimentos abortivos previstos em lei<sup>6</sup>.

Essa regressão civilizatória pode ser chamada, também, de “modernização conservadora”, que articula “as forças sociais neoliberais, neoconservadores, conservadores religiosos autoritários e populistas”. Trata-se de uma ideologia que se manifesta nas famílias, nos espaços escolares, nas igrejas, nos órgãos governamentais, enfim, nas instituições, de modo geral, pregando, em nome de um neopentecostalismo, a “defesa da família, da moral e dos bons costumes”. Esses valores são veiculados, principalmente, por lideranças religiosas e pelas redes sociais, expressando, muitas vezes, um tratamento agressivo, intolerante e violento, além de, evidentemente, fomentar estigmas e preconceitos, de gênero, classe, raça/etnia.

Nossa tarefa ética é, embora façamos críticas às políticas de ajustes e cortes do governo, não permitir que os setores da política conservadora e a mídia destruam a democracia e os direitos conquistados com labor, suor e luta, principalmente no projeto neodesenvolvimentista do PT, cujos projetos de “inclusão social” são favoráveis às lutas pelo reconhecimento de negros, de mulheres e do movimento LGBT. O PT, durante mais de 16 anos, deslocou suas políticas de inclusão para a construção de um bloco político, econômico e social, ganhando legitimidade com os resultados da economia e a “diminuição da miséria extrema”. Tudo isso foi conquistado com a participação de setores progressistas, conseguindo abrir brechas para os movimentos em prol da “cidadania em construção”<sup>7</sup>.



A poesia de Berthold Brecht que abre esse editorial tem como objetivo alertar para os estudiosos da educação que esses valores engendrados pelo “avanço” da “vanguarda do atraso” do Congresso Nacional – imersa em um “mar de lama”, golpe, fraude, corrupção e chantagens – devem ser enfrentados a partir da ideia de que “nada é impossível de mudar”.

## Migração e as imagens dos refugiados

Paralelamente às imagens da crise ética na política, assistimos às cenas desumanas das migrações e da diáspora dos cerca de 50 bilhões de *refugiados* que vivem em condições subumanas em campos miseráveis<sup>8</sup>. Trata-se de uma tragédia social e política, que revela a crise civilizatória que ameaça a humanidade como um todo. A saga dos refugiados somava, em 2014, segundo a ONU, cerca de 50 milhões, entre “internos” (que continuam vivendo fora de seus locais de origem, mas em seu próprio país) e “externos”. Esse número é mais ou menos equivalente às vítimas da Segunda Guerra Mundial. A situação é dramática para as famílias desintegradas e, principalmente, para as crianças. De acordo com dados da organização *Save the Children*, apenas em 2015, cerca de 11.100 crianças sem pais ou familiares desembarcaram nas costas da Itália. Algumas iniciaram a travessia do Mediterrâneo sozinhas e outras perderam suas famílias no percurso. Recentemente, a ACNUR (Agência da ONU para os Refugiados) alertou que o número de crianças desacompanhadas entre os refugiados tentando alcançar a Europa não para de crescer e deve ser recorde em 2015<sup>9</sup>. Diante dessa tragédia, as perguntas que fazemos são: “o que tem a educação a ver com isso? Como acolher as crianças e as famílias? Como estão sendo inseridas as crianças em nossas escolas?”.

As cenas da chamada “crise dos refugiados” pode ser vista, cotidianamente, nas diversas mídias, que mostram milhares de seres humanos da África, Ásia e Oriente Médio morrendo por afogamento no Mediterrâneo, em busca de condições de vida mais dignas na Europa e outros países<sup>10</sup>. Vale destacarmos que a crise dos refugiados não é apenas mais uma, entre tantas outras, mas uma que engloba, em seu bojo, a crise econômica, ambiental, territorial, alimentar. Sendo assim, a crise dos refugiados é “uma só”. Ela, no entanto, se desdobra em várias facetas, “em uma hidra imensa, catastrófica, que espalha o hálito mortal do capital pelo planeta”. Portanto, é preciso compreender que o caráter da crise dos refugiados não está apenas ligado aos que migram em razão dos regimes despóticos, de regimes ditatoriais espalhados pela África e de monarquias islâmicas retrógradas ou, ainda, por tragédias socioambientais (como ocorreu no Haiti).

Todos esses fatores interagem, provocando tragédias sociais nessas regiões, no que se refere às migrações

8 ARBEX, José Jr. Subumanidade: os refugiados são o retrato do capital. *Revista Caros Amigos*, junho/2015.

9 Disponível em: <[www.savethechildren.org.br](http://www.savethechildren.org.br)>.

10 ARBEX, José Jr., Refugiados: Auschwitz está na próxima esquina. *Revista Caros Amigos*, outubro/2015.

11 ARBEX, José Jr., Refugiados: Auschwitz está na próxima esquina. **Revista Caros Amigos**, outubro/2015.

12 ZAMBERLAM, Jurandir et al. **Os novos rostos da imigração no Brasil**: haitianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Solidus, 2014.

13 ZAMBERLAM, Jurandir et al. **Os novos rostos da imigração no Brasil**: haitianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Solidus, 2014, p. 5.

internas no Brasil – solo de abissais desigualdades sociais<sup>11</sup>. As cenas dos refugiados em escala global causam indignação, espanto e comoção em todos aqueles seres humanos cuja ética é calcada na solidariedade. São cenas que deveriam ser mais estudadas nas escolas e nas universidades, da graduação à pós-graduação. Nesse sentido, a pergunta que se coloca é: “por que essas questões são silenciadas nas pesquisas dos cursos de pós-graduação *strictu sensu* em educação das universidades?”.

\*\*\*

### **Não podemos nos calar... há gritos (in) visíveis que vêm de longe e ecoam em nosso silenciamento acadêmico...**

Já não somos mais os mesmos!

No cenário brasileiro, na atualidade, há cerca de 1,4 milhão de migrantes, o que representa 1% da população brasileira e 0,6% da população mundial de imigrantes<sup>12</sup> (ZAMBERLAM et al., 2014), caracterizando-se como o maior fenômeno dos últimos 100 anos.

Esse novo movimento na história migratória brasileira revela que, de um lado, ocorre o fluxo de retorno dos que viviam no exterior; de outro, o país passa a ser uma das novas rotas de migrantes de países do Hemisfério Norte, principalmente da Europa, e mais recentemente do Continente Africano e do Caribe. Esse movimento demonstra que: “O Brasil não é mais o país de imigração do século XIX e do XX, nem o país de emigração das décadas de 1980 e 1990. Somos hoje um país de imigração e emigração, trânsito e retorno de brasileiros [...]”<sup>13</sup>. Podemos considerar, então, que há “novos rostos” compondo a migração brasileira formada pelo predomínio de latino-americanos, aos quais se somam os colombianos, mexicanos, portugueses, espanhóis, italianos, franceses, e recentemente africanos, caribenhos, asiáticos, sírios, dentre outros.

Esse novo cenário tem provocado inúmeras reações entre a população brasileira – desde a demonstração de solidariedade, como ações de acolhimento e ajuda legal, até atos bárbaros, como agressões físicas e morais, a gestos como o de atravessar a rua ao ver um migrante e agressões simbólicas.

Não podemos ignorar que, na contemporaneidade, a barbárie e o caos social estão estabelecidos em escala mundial. E, nesse cenário, a maior luta é pela sobrevivência, principalmente entre os que se encontram em condições de extrema vulnerabilidade social.

A luta pela sobrevivência, a luta pela esperança de viver com dignidade, materializada por vidas em trânsito em escala transmundial, estão nos obrigando a acordar para tragédias (in)visíveis de migrantes – haitianos, senegaleses, ganeses, congolezes, dominicanos, indianos, paquistaneses, sírios, dentre outras tantas nacionalidades.

Até onde iríamos para nos salvar e salvar nossa prole (?) de perseguições, de guerras, de intempéries...?

Diuturnamente, nossos olhos presenciam cenas chocantes que ficarão para sempre incrustadas em nossa alma – como a imagem do corpo do menino Aylan Kurdi em uma praia turca, cuja família estava em situação de travessia. E, ao mesmo tempo, parece que nos acostumamos com as tragédias humanas (são os outros, estão longe, o que tenho a ver com isso?...). Parece que essas situações se naturalizam, e aos, poucos, já não nos atingem tanto... Nossa “courage” é maior!

Tal fenômeno, na contemporaneidade, consiste em um grande desafio para “todos” no que tange a seu entendimento, em todas as suas faces. Para tanto, o espaço da academia representa, também, uma arena para se discutir e se entender a temática, bem como para buscar estratégias que contribuam para a inserção social, educacional e profissional dos migrantes da atualidade. Todavia, ainda não é isso o que se presencia na universidade; impera, pois, a inércia, a pouca atenção e o raro comprometimento radical diante dessa situação.

Os Editores da Revista Pedagógica não se omitem, não silenciam... São contra “toda” forma de atentado à vida humana, e manifestam, aqui, a defesa à vida, em toda a sua plenitude; manifestam a solidariedade, a amizade e o conforto aos migrantes brasileiros. Manifestam, também, a sua indignação em relação a “toda” forma de preconceito – de agressões físicas, verbais a simbólicas – como o ato espúrio da banana na mochila de um estudante universitário, ocorrido recentemente na cidade de Chapecó-SC. Precisamos refletir: parece algo simples?! O que, historicamente, simboliza tal gesto? O que sentiu o migrante atingido? O que pode desencadear esse ato tão vil, em um contexto universitário, e, na sociedade? Como estamos educando nossos jovens na universidade? Onde estão os ensinamentos dos valores humanos? Qual o posicionamento da universidade neste momento??? Quem é a universidade?

O que temos a ver com isso?

De fato, já não somos mais os mesmos!!!

## **As destruições do meio ambiente: o caso de Mariana**

### **Eternas Ondas**

*Quanto tempo temos antes de voltarem aquelas ondas  
Que vieram como gotas em silêncio tão furioso.*

*Derrubando homens entre outros animais,  
Devastando a sede desses matagais.*

*Devorando árvores, pensamentos seguindo  
A linha do que foi escrito pelo mesmo lábio tão furioso.*



*E se teu amigo vento não te procurar  
É porque multidões ele foi arrastar.*

(Zé Ramalho)

13 A mineradora Samarco, responsável pelo desastre socioambiental na cidade de Mariana-MG, é uma empresa administrada através de uma *joint-venture* entre a Vale S.A. e a BHP Billiton, cada uma com 50% das ações. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Samarco>>. Acesso em: 11 dez. 2015.

14 Disponível em: <[www.pragmatismopolitico.com.br](http://www.pragmatismopolitico.com.br)>.

15 LOUREIRO, Carlos Frederico B.; COSÍO, Mauricio F. Blanco. Um olhar sobre a educação ambiental nas escolas: considerações iniciais sobre os resultados do projeto “O que fazem as escolas que dizem que fazem educação ambiental”. In: MELLO, Soraia Silva de; TRAJBER, Rachel (Coord.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: MEC-DEA; UNESCO, 2007. p. 55-64.

Quanto à destruição do meio ambiente, assistimos a cenas que revelam os impactos ecológicos e sociais causados pela Samarco<sup>13</sup>, provocados pelo rompimento das barragens. E a consequência foi a destruição de comunidades circunvizinhas da cidade de Mariana em Minas Gerais. Os 62 milhões de m<sup>3</sup> de lama residual da mineração percorreram, com seu barro e rejeitos, Bento Rodrigues (na cidade de Mariana/MG), os municípios próximos até o estado do Espírito Santo, para desaguar no mar. Nesse percurso, essa lama poluiu rios antes de chegar ao oceano, matando fauna e flora. A área destruída levou consigo árvores, animais, seres humanos, comunidades. Os prejuízos são de responsabilidade da ganância por mais valia do capital, da busca exacerbada pelo lucro, que deixaram marcas no presente, apagando o passado e comprometendo o futuro das gerações<sup>14</sup>.

Logo, as perguntas que não querem calar são: o que a educação tem a ver com isso? O que podem fazer os educadores, em termos político-pedagógicos, no sentido do enfrentamento das questões socioambientais em seus processos educativos? Quais as medidas que devem tomar os professores das escolas e das universidades (da graduação à pós-graduação), em termos de reflexão-ação na perspectiva das destruições do meio ambiente pelas empresas privadas? O que se pode fazer e o que está sendo feito na escola na perspectiva da educação ambiental crítica? <sup>15</sup>.

E mais, fazendo referência a “Conferência do Clima” – a COP21 na França – que sinaliza que há necessidade urgente de mudarmos o modo de vida e de produção, mas que a malvadeza do sistema capitalista não permite recuar nas emissões de poluentes, pois isso significaria uma diminuição da geração de lucro das grandes empresas – o que geraria o colapso do sistema, impedindo a construção de um documento final deste importante evento internacional que sinalize um futuro sustentável para a atual e para as próximas gerações.

Essas são questões de suma relevância, para pensarmos acerca das mudanças essenciais, tendo em vista uma educação formal, não formal e informal, que seja de natureza crítica, pública e de qualidade para todos no âmbito da cidadania em construção.

## O que dizem os textos...

Os textos que compõem a atual edição da Revista Pedagógica articulam-se, entre si, pela diversidade de nuances da Educação, desde o que se refere à dimensão

16 DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A situação atual dos cursos de licenciatura no Brasil frente à hegemonia da educação mercantil e empresarial. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 9, n. 3, p. 273-280, 2015.

educativa do ser humano, a políticas públicas e de governo, à formação de educadores, passando pelo fazer da pesquisa e chegando aos aspectos do ensino universitário. Esse cenário, tão vasto e conflituoso, que é a produção do conhecimento científico nos espaços acadêmicos em tempos de mercantilização do Ensino Superior, permite-nos conhecer melhor os labirintos da escola – tomada aqui em seu espectro mais amplo de sentido e significado – como lugar de permanente disputa de poder e saber, próprio da concretude dessa prática político-pedagógica que se chama Educação<sup>16</sup>.

Essas problemáticas discutidas nos artigos são resultado de pesquisa de vários lugares do Brasil e da América Latina, o que sinaliza uma permanente vigilância dos pesquisadores e das pesquisadoras em torno dos desafios do processo de ensino-aprendizagem na escola, na universidade e na educação não formal; preocupações que se debruçam sobre os documentos oficiais e os modos oficiais do “quefazer” pedagógico, as suas mudanças e a reflexão crítica sobre essas transformações – sejam elas construtoras de avanços ou de retrocessos, geradoras de vida ou de morte.

Na prática, o que os textos dessa edição externalizam são tendências pedagógicas, muitas vezes camufladas ou travestidas de políticas públicas, que se refletem na prática de educadores, de gestores, de movimentos sociais e populares, por motivações pessoais e coletivas, ou seja, são partes de um mosaico composto pela diversidade de experiências educativas no caleidoscópio latino-americano – este que, há mais de quinhentos anos, vem se forjando na dialética cotidiana entre opressores e oprimidos, o centro e a periferia, o branco e o ameríndio, o urbano e o rural, entre outros.

Essas dialéticas são, na verdade, relações assimétricas que se atualizam nos diferentes cenários latino-americanos com outras roupagens: na violência machista contra as mulheres; na heteronormatividade como única forma de ser humano; no desrespeito e na intolerância com os migrantes haitianos e senegaleses; no conservadorismo e radicalismo religiosos que avançam sobre as escolas via Congresso Nacional Brasileiro; na falta de cuidado com o meio ambiente em favor do lucro exacerbado que destrói a vida, o Rio Doce, a dignidade humana, a história e a cultura do povo – como no caso de Mariana-MG.

Tudo isso é prenúncio de tempos obscuros na Academia? Trata-se do fim dos tempos-lugares que conhecíamos e vamos transitar para o desconhecido? Será o recomeço a partir de novos paradigmas? Talvez, como resposta, um pouco de tudo isso, mas nada de desesperador, aliás, a palavra de ordem é: esperança! Não esperança de quem espera de braços cruzados; mas, de quem, enquanto espera, se prepara para a luta<sup>17</sup>, já que a esperança é a marca ontológica dos seres humanos, é nosso modo de ser no mundo.

De modo geral, a seguir, os artigos desta edição trazem reflexões e práticas pedagógicas que estão atreladas à

17 FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança**: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

trama sócio-política anunciada anteriormente. Há indiscutível relevância acadêmica e social nas temáticas de cada artigo. E, temos certeza, esses textos vão instigar os leitores a continuarem pesquisando, refletindo e transformando sua *práxis* na sala de aula ou em qualquer outro espaço pedagógico em que atuam.

O primeiro artigo, de Miguel Arroyo, questiona: “O humano é viável? É educável?”, em uma provocação sobre a possibilidade do anúncio na descrença da educabilidade humana, o que pode ocasionar uma mudança de foco para a escola e a docência além de questionar “Que novas respostas de afirmação política da ética vêm das escolas?”.

O segundo artigo, de Celi Zülke Taffarel e Antônio Munarin, intitulado “Pátria Educadora e o fechamento de escolas do campo: o crime continua”, evidencia como crime à classe trabalhadora o fechamento das escolas do campo, além de se situar em um lugar de disputa e em favor das reivindicações dos trabalhadores organizados em movimentos sociais, em especial os do campo.

O terceiro artigo, de autoria do professor mexicano Miguel Escobar Guerrero, amigo pessoal de Paulo Freire nos anos de 1970, aborda a luta organizada do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), contra o poder da mídia e o poder do capital, que impõe a “[...] globalização neoliberal e o reinado do mercado financeiro como o único mundo possível”. O texto ainda afirma que esse é um mundo “nas mãos de poucos” e o Estado aparece com o “monopólio da violência”.

Depois, temos o texto de Jefferson Mainardes, “A organização da escolaridade em ciclos: implicações para a gestão educacional e escolar”. De forma direta, o autor problematiza os currículos em ciclos e seus desafios para a gestão da escola, fala da linha tênue entre as políticas, as práticas e os sujeitos envolvidos, especialmente afirmando que a “[...] organização da escolaridade em ciclos precisa ser compreendida como um desafio coletivo”.

Para Carlos Eduardo Reis, o problema a ser enfrentado é a formação de professores, com o artigo: “Estado e Educação: a formação de professores em questão”. Segundo Reis, alguns documentos do Conselho Nacional de Educação (pareceres e resoluções) estão adequando o “sistema educativo aos ditames do ideário neoliberal”, além de tratar da função social da escola e da qualificação dos profissionais do magistério no Ensino Superior.

O sexto texto, de autoria de Márcia Morschbacher e Luiz Fernando Camargo Veronez, trata das “Diretrizes Curriculares Nacionais: impactos sobre os currículos de formação de professores de Educação Física”. A partir de análise bibliográfica e documental em duas universidades públicas da região sul do Brasil, os autores demonstram a adequação aos moldes de acumulação capitalista e a reprodução das determinações legais e os marcos teóricos das DCN nos currículos analisados.

“O ensino fundamental de nove anos e o direito à infância na escola não são sinônimos!” é o tema do artigo de Jucirema Quinteiro e Diana Carvalho de Carvalho. Segundo as autoras: “A implantação dessa reforma é entendida como integrante de uma política caracterizada pela massificação do ensino e precarização da condição humana [...]”, mas também pode ser encarada como uma oportunidade de repensar a escola para respeitar os direitos das crianças.

Katharina Doring, no texto “Perceber, mover, criar – processos de transformação”, propõe uma reflexão sobre os processos de percepção multissensorial com as relações estéticas, criativas e transformadoras que somente são possíveis pela diversidade de profissionais de diferentes áreas que estão envolvidos no trabalho, tendo como base o conceito de *autopoiese* para a superação das dicotomias (razão-emoção, imaterial-material, supérfluo-utilitário) para ir à direção de um conhecimento complexo e criativo.

O texto de Nilda Stecanela, “A metodologia de pesquisa em sala de aula na formação e atuação docente”, nos desafia a pensar as práticas de pesquisa como uma estratégia de ensino em sala de aula, chegando a defender o “[...] protagonismo do professor, em permanente processo de formação, no sentido de desenvolver a competência reflexiva e a transposição didática na organização do seu ensino, de modo a conferir autoria ao seu fazer”. É um artigo que problematiza o ensino-pesquisa como processo de autoformação de educadores.

O texto de Fernando César Paulino-Pereira, Juliana Bontempo Faria e Heitor Abadio Vicente trata da “Psicologia na escola: políticas públicas e intervenção em grupo”. Versando sobre o crescimento da psicologia nas políticas públicas que vem acompanhado de crescente compromisso com a transformação social, relata, também, o trabalho de oficinas terapêutico-educativas de vivências na perspectiva de realizar intervenções no *locus* da pesquisa, a cidade de Catalão-GO.

“A concepção da avaliação escolar de matemática a partir dos desenhos dos alunos” é o texto de César Augusto do Prado Moraes e Zeila de Brito Fabri Demartini, que faz um levantamento do processo de avaliação dessa disciplina nas escolas, feita por meio dos desenhos dos educandos sobre o que pensam sobre esse processo, em uma escola pública de São Paulo, “[...] evidenciando, assim, áreas críticas e favoráveis sobre a tão temida e polêmica Avaliação em Matemática”.

No artigo de Paulo Davi Johann e Sandra Luciana Dalmagro, intitulado “A formação teórico-prática do técnico em agroecologia na escola 25 de maio de Fraiburgo/SC”, encontramos uma reflexão de como teoria e prática estão articulados na formação dos técnicos em agroecologia dessa escola pública, concluindo uma frágil relação entre elas, o que prejudica a formação desses profissionais e um déficit de infraestrutura para alguns docentes. “Apesar dos esforços envidados pela Escola e pelo Movimento Social,

o artigo conclui que os limites se relacionam ao processo de desqualificação da educação brasileira, promovido pelo Estado e destinado aos trabalhadores”.

O professor Benjamin Panduro Muñoz da Universidade de Colima, no México, brinda-nos com uma reflexão sobre o Ensino Superior em seu país, no artigo “La necesidad de un diálogo con la visión humanista que dio origen a la universidad pública em Mexico”. Muñoz analisa a dissonância dos processos de avaliação que causam “[...] la falta de compromiso con el encuentro auténtico entre las personas, convivencia ferozmente azotada por los estereotipos, prácticas y criterios mercantiles de los gobiernos neoliberales”. Este limite seria suplantado pela perspectiva da convivência, “[...] que privilegia el encuentro con el hombre real, y que está dispuesta a reconfigurarse para no perder el contacto con las personas, se contrapone a la visión instrumental [...]”, que reconfigura o processo fundamentado no antipositivismo mexicano.

Na sessão Caminhos Abertos, o texto “Delineamentos metodológicos da pesquisa em educação”, de Liege Maria Sitja Fornari, apresenta a presença nos currículos das disciplinas sobre metodologia científica – métodos e técnicas de pesquisa. Para a autora, há uma necessidade instrumental que é a confecção dos trabalhos de conclusão de cursos; mas, também, há um avanço da pesquisa na graduação, o que antes era privilégio da pós-graduação. O texto em questão serve de ferramenta para estudantes iniciantes da graduação em Pedagogia da Universidade do Estado da Bahia – e agora para todos que o acessarem aqui na Revista Pedagógica.

O último artigo dessa edição, “As cartas que escrevo... uma escrita, várias linhas, uma prática de ensino”, de autoria de Ronaldo Luís Goulart Campello e Cynthia Farina, é um relato de uma experiência pedagógica extremamente inovadora em educação, oriundo de um projeto de extensão universitária, de escrita de cartas entre estudantes de escolas públicas de diversas partes do Brasil. “Dessa proposta de trabalho, surge o método cartográfico de pesquisa, no qual interessa mais o processo do que os resultados, os movimentos que se pensou/pensam, na construção dos campos de estudo”.

A seção “Resenhas” traz uma resenha do livro de Lucídio Bianchetti, Ione R. Valle e Gilson R. de M. Pereira, “O fim dos intelectuais acadêmicos? Induções da Capes e desafios às associações científicas”, escrita por Tatiana Pires Escobar, Luiza Turnes, Morgana Dreon e Marilândes Ribeiro de Melo.

A seção “Textos audiovisuais”, por fim, brinda-nos com um belo e relevante vídeo, intitulado “Participar... também se aprende na escola”, realizada pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Infância Educação e Escola (GEPIEE), Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), composto por estudantes do Curso de Pedagogia da UFSC e

pela produtora Estação 3 Imagens e Mídia/BH/MG sob a direção da Profa. Jucirema Quinteiro. O vídeo é um dos resultados do projeto de cooperação internacional (Capes e GRICES) estabelecido entre o Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho, Portugal, e a linha de pesquisa em Educação e Infância do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFSC, o projeto de pesquisa denominado “CECCA – Crianças: Educação, Culturas e Cidadania Ativa”, desenvolvido entre 2003 e 2006.

Encerramos esta edição nos reportando a um trecho da epígrafe do poema de Brecht, evocado no início deste editorial e desejando um feliz tempo de lutas e mudanças em 2016 – nas políticas educacionais, no trabalho, na economia, na ciência, em prol de uma política baseada em uma ética emancipatória:

[...] Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Até a próxima edição!

Os editores

**Prof. Dr. Maurício Roberto da Silva**  
Editor Geral

**Prof. Dr. Ivo Dickmann**  
Editor Adjunto

**Profa. Dra. Maria de Lourdes Bernartt**  
Editora Associada

**Prof. Dr. Edivaldo José Bortoleto**  
Editor Associado nesta edição

Chapecó, primavera de 2015.

**Nota sobre a capa:**

A foto da capa, feita pela Fotógrafa Nilüfer Demir, é do menino sírio Aylan Kurdi, de cinco anos de idade, encontrado morto, juntamente com sua mãe e mais cerca de doze refugiados sírios que morreram afogados após seus botes afundarem próximo à península de Bodrum – um balneário com resorts de luxo frequentados por praticantes de mergulho – numa tentativa de chegar à ilha de Kos, na Grécia. A foto dramática revela a crueldade da crise migratória na atualidade. ([www.noticias.uol.com.br](http://www.noticias.uol.com.br))